

Julgamento

Brasília, 17 de julho de 2024.

RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL LRE Nº 07/2024

OBJETO: "Contratação de empresa para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia para a implantação da EF-232 - Ferrovia Transnordestina, no segmento compreendido entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE, e de variantes e contornos pontuais distintos, para a Superintendência de Projetos e Custos - SUPRO/DIREM da INFRA S.A., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos".

RECORRENTE:	CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL
RECORRIDAS:	CONSÓRCIO TPF - NORCONSULT - EF - 232, composto pelas empresas: TPF ENGENHARIA LTDA - CNPJ nº 12.285.441/0001-66 - Líder (50%) NORCONSULT PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CNPJ nº 41.075.755/0001-32- (50%)

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme Razões de Recurso registradas no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, Licitações-e.

2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

2.1. Insurge a recorrente sobre sua desclassificação e contra habilitação do Consórcio TPF - NORCONSULT - EF - 232 (SEI nº 8598169), conforme alegações abaixo:

Convocadas as empresas concorrentes na ordem de classificação acima, em 10 de junho de 2024 a Comissão Permanente de Licitação desclassificou a proposta apresentada pelo Consórcio Estratégica – Prosul (Ofício n.º 100/2024/GEPRO-INFRASA), por considerar que não teria havido a comprovação do tempo mínimo de 10 (dez) anos de experiência para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE.

Convocados os concorrentes subsequentes, em 08 de julho de 2024 a Comissão de Licitação proferiu decisão (Ofício n.º 116/2024/GEPRO-INFRASA) habilitando o Consórcio TPFNORCONSULT-EF-232, cuja proposta obteve a 6ª colocação no certame, no valor total de R\$ 20.685.758,88, e instaurando a fase recursal do presente certame.

[...]

I - DA COMPROVAÇÃO DO TEMPO DE EXPERIÊNCIA DE 10 (DEZ) ANOS PARA O PROFISSIONAL INDICADO PARA A FUNÇÃO DE ENGENHEIRO ESPECIALISTA – OAE. DA NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO CONSÓRCIO ESTRATÉGICA – PROSUL

Como podemos observar do Ofício n.º 100/2024/GEPRO-INFRASA, ao desclassificar a proposta técnica apresentada pelo Consórcio Estratégica – Prosul, a Comissão de Licitação da INFRA S.A. considerou que, “com relação à qualificação técnica profissional, a documentação apresentada não foi suficiente para comprovar a experiência exigida para o Profissional da Categoria Engenheiro Especialista – OAE”.

Segundo a Comissão, ao analisar os atestados e certidões apresentados, considerou que o Profissional “Engenheiro Especialista – OAE” não comprovou experiência mínima de 10 anos na especialidade, nos termos exigidos no item 6.5.5 do Termo de Referência, tendo sido comprovado o tempo de experiência de 6,86 anos

Ocorre que, com relação ao Engenheiro Especialista – OAE, Sr. Renato Ribeiro, os documentos de qualificação técnica foram apresentados às fls. 829/986, os quais comprovam, de modo adequado, as experiências do referido profissional que atendem perfeitamente ao escopo e tempo de experiência exigidos no instrumento convocatório, totalizando a experiência anterior de 12,95 anos, resumidas no quadro a seguir:

Nº CAT	FUNÇÃO	ESCOPO	DATA INÍCIO	DATA FINAL	PERÍODO 5/ CONCOMITÂNCIA	PERÍODO TOTAL
558510 / 2011 (Projetos)	Engenheiro Projetista	Projeto Final de Engenharia para Implantação, Pavimentação e Restauração e Posteriormente Supervisão das Obras de Diversos Trechos Rodoviários.	01/06/1985	01/12/1986	1,50	1,50
23265 / 2012	Coordenação Geral / Estudos de Traçado / Projeto Geométrico / Projeto de Identificação para Desapropriação / Projeto de Remanejamento de Interferências	Estudos e Projeto Básico de Engenharia para o Lote 2 da Via Light, no segmento entre a Av. Brasil em Honório Gurgel e o Bairro de Madureira.	02/08/2002	28/01/2003	0,49	0,49
163845 / 2012	Estudos Geotécnicos / Projeto de Pavimentação / Projeto Estrutural de OAE	Projeto Final de Engenharia para Melhoria e Pavimentação da Rodovia BA-148 Trecho: Abaira - Jussiapé.	20/02/2003	20/12/2006	3,83	3,83
2516/2017	Coordenação Geral	SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO O CADASTRAMENTO II DA REDE PARA ATUALIZAÇÃO DO BANCO DADOS DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL E RESPECTIVA BASE CARTOGRÁFICA, em 270, 70 km, nas Rodovias RJ-106, RJ-182, RJ-224 e RJ-230 integrantes do Plano Rodoviário	03/10/2005	01/03/2006		0,41
8761 / 2008	Coordenador Geral	Cadastramento das Ocupações Regulares ou Irregulares nas Faixas de Domínio e nas Áreas "Non Aedificandi" e dos Sistemas Componentes, com Amarração Georeferenciada da Rodovia BR-465/RJ Trecho: Entr. BR-116 - Entr. BR-101 (RJ) (Santa Cruz); Subtrecho: Entr. BR-116 - Entr. BR-101 (RJ); Segmento: Km 0,00 - Km 22,80.	18/08/2006	15/11/2006		0,24
9650 / 2008	Projeto de Estruturas / Projeto de Drenagem	Projeto Executivo para Recuperação, Reforço e Reabilitação (Alargamento) de 11 (onze) pontes na Rodovia BR-222/PA, Trecho: Div. MA/PA (Rio Itinga) - Entr. BR-158 (Rio Bacajá); Subtrecho: Rondon do Pará - Marabá; Segmento Km 154,74 - Km 232,02.	09/11/2006	07/04/2007	0,30	0,41
7586 / 2010	Coordenador Geral	Cadastramento das Ocupações Regulares ou Irregulares nas Faixas de Domínio e nas Áreas "Non Aedificandi" e dos Sistemas Componentes, com Amarração Georeferenciada da Rodovia BR-393/RJ Trecho: Três Rios (Km 176,20) - Entr. BR-116/RJ (Km 295,60); Subtrecho: Ponte s/ Ribeirão da Amizade (Km 280 + 500 m); Entr. BR-116/RJ (Km 295 + 600m); Segmento: Km 280,50 - Km 295,60.	31/12/2007	28/04/2008	0,33	0,33
62010 / 2016	Estudos Geotécnicos / Projeto de Pavimentação / Projeto de Estruturas	Projeto Executivo de Engenharia para a Implantação de 02 (dois) Viadutos e Alças de Acesso com Melhorias Físicas e Operacionais, no km 767,54 e no km 168,53 da Rodovia BR-116/RJ Trecho: Div. MG/RJ (Alem Paranaíba) - Div. RJ/SP, Subtrecho: Entr. BR-101/RJ (RJ) (Tievo das Margaridas) - Entr. RJ-083.	02/03/2010	28/08/2010	0,49	0,49
27288 / 2014	Projeto Estrutural	Projeto Básico e Executivo de Engenharia para Construção e Recuperação, Reforço e Alargamento de 15 (quinze) Pontes Rodoviárias, na Rodovia BR-429/RD Trecho: Entr. BR-364 (A) (Ji-Paraná) - Entr. RD-478 (Fronteira Brasil - Bolívia) (Costa Marques); Subtrecho: Entr. BR-473 (Alameda do Oeste) - Entr. RD-478 (Fronteira Brasil - Bolívia) (Costa Marques); Segmento: Km 94,90 - Km 341,21.	25/01/2010	06/07/2011	0,85	1,44
90350 / 2017	Responsável Técnico Solidário	Estudos e Projetos Básicos para a Implantação do Corredor Transcarioca, Trecho: Penha - Aeroporto do Galeão, em uma Extensão Aproximada de 13,00 Km, na Cidade do Rio de Janeiro	14/01/2011	13/07/2011	0,02	0,49
18605	Responsável Técnico	Supervisão e Acompanhamento das Obras de Construção da Ponte sobre o Rio Madeira, no Município de Porto Velho, Distrito de Alunã e Seus Acaçós, na Rodovia BR-364/RD - Edital nº 419/2008-00". O serviço envolveu elaboração e revisão de Projeto.	13/08/2014	31/03/2017	2,63	2,63
ATESTADO BNDES	Responsável Técnico	Prestação de serviços técnicos especializados necessários à desestatização do sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, de até 2.947,2 km1 de extensão	22/05/2020	22/11/2022	2,50	2,50
TEMPO TOTAL COM ATESTAÇÃO					12,95	14,78

i. Com relação à primeira experiência apresentada, descrita na CAT n.º 558510/2011, consta expressamente que o Sr. Renato Ribeiro desempenhou a função de Projetista (Responsável Técnico de Projetos), cujo escopo, de “Projeto Final de Engenharia para Implantação, Pavimentação e Restauração e Posteriormente Supervisão das Obras de Diversos Trechos Rodoviários”, é perfeitamente aderente às exigências técnicas estabelecidas no Edital n.º 07/2024 para a referida função.

Registre-se, inclusive, que nas fls. 01 a 05 da CAT n.º 558510/2011 são mencionadas diversas Obras de Arte Especiais, conforme a seguir:

[...]

Considerando o cumprimento das exigências técnicas estabelecidas no edital, deve ser computado em favor do Sr. Eng.º Renato Ribeiro, integralmente, o tempo de experiência descrito na CAT n.º 558510/2011.

ii. Com relação à experiência descrita na CAT n.º 23265/2012, é mencionado que o Sr. Eng.º Renato Ribeiro desempenhou a função de Coordenador Geral, cujo escopo, de “Estudos e Projeto Básico de Engenharia para o Lote 2 da Via Light, no segmento entre a Av. Brasil em Honório Gurgel e o Bairro de Madureira”, também é perfeitamente aderente às exigências técnicas estabelecidas no Edital n.º 07/2024 para a referida função.

Vale salientar, inclusive, que a Via Light se refere à Rodovia RJ-081, oficialmente denominada Rodovia Carlinhos da Tinguá.

Nesse aspecto, os projetos referidos na CAT n.º 23265/2012 envolveram Obras de Arte Especiais, conforme descrição entre as págs. 07/11 do referido documento:

[...]

Por esse motivo, deve ser computado em favor do Sr. Eng.º Renato Ribeiro, integralmente, o tempo de experiência descrito na CAT n.º 23265/2012.

iii. Com relação à CAT n.º 168345/2012, o Sr. Eng.º Renato Ribeiro desempenhou a função de Especialista de OAE para o seguinte escopo: “Projeto Final de Engenharia para Melhoria e Pavimentação da Rodovia BA-148; Trecho: Abaira – Jussiapé”, comprovando, mais uma vez, o atendimento à experiência exigida no instrumento convocatório e tornando necessário o cômputo do período integral da experiência a que faz referência.

v. Referente à CAT n.º 2516/2007, o Sr. Eng.º Renato Ribeiro desempenhou a função de Coordenador, para um escopo de “SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO O CADASTRAMENTO II DA REDE PARA ATUALIZAÇÃO DO BANCO DADOS DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL E RESPECTIVA BASE CARTOGRÁFICA, em 270, 70 km, nas Rodovias RJ-106, RJ-182, RJ-224 e RJ-230 integrantes do Plano Rodoviário.”. No escopo da CAT, é possível verificar na página 04 do que foram executados Estudos de dispositivos

componentes da rodovia, englobando Obras de Arte Especiais, conforme recorte

[...]

Os estudos realizados confirmam o atendimento da exigência para o Engenheiro Especialista – OAE.

v. Quanto à CAT n.º 8761/2008, o Sr. Eng.º Renato Ribeiro desempenhou a função de Coordenador Geral, tendo por escopo o “Cadastramento das Ocupações Regulares ou Irregulares nas Faixas de Domínio e nas Áreas ‘Non Aedificandi’ e dos Sistemas Componentes, com Amarração Georreferenciada da Rodovia BR-465/RJ; Trecho: Entr. BR-116 – Entr. BR-101 (B) (Santa Cruz); Subtrecho: Entr. BR-116 – Entr. BR-101 (A); Segmento: Km 0,00 – Km 22,80.

Na pág. 04 da referida CAT é possível verificar terem sido executados estudos de dispositivos componentes da rodovia, englobando Obras de Arte Especiais. A esse respeito, confira-se o recorte abaixo:

[...]

Considerando que os estudos realizados confirmam o atendimento à exigência técnica estabelecida para o Engenheiro Especialista – OAE, deve ser computado na íntegra o período descrito na CAT n.º 8761/2008.

vi. No tocante à CAT n.º 9650/2008, o Sr. Renato Ribeiro foi indicado para a função de Especialista de Estruturas (OAE), cuja contratação teve por objeto a elaboração de “Projeto Executivo para Recuperação, Reforço e Reabilitação (Alargamento) de 11 (onze) pontes na Rodovia BR-222/PA, Trecho: Div. MA/PA (Rio Itinga) – Entr. BR-158 (Rio Bacajá), Subtrecho: Rondon do Pará – Marabá, Segmento Km 104,74 – Km 232,02”, razão pela qual o tempo de experiência nela referido deverá ser computado integralmente em favor do profissional em questão.

vii. Em sexto lugar, com relação à experiência descrita na CAT n.º 7586/2010, válido salientar que o Sr. Eng.º Renato Ribeiro exerceu a função de Coordenador Geral, cuja contratação teve por escopo o “Cadastramento das Ocupações Regulares ou Irregulares nas Faixas de Domínio e nas Áreas ‘Non Aedificandi’ e dos Sistemas Componentes, com Amarração Georreferenciada da Rodovia BR-393/RJ; Trecho: Três Rios (Km 176,20) – Entr. BR-116/RJ (Km 295,60); Subtrecho: Ponte s/ Ribeirão da Amizade (Km 280 + 500 m); Entr. BR-116/RJ (Km 295 + 600m); Segmento: Km 280,50 – Km 295,60”.

No escopo da CAT é possível verificar, na pág. 07, a expressa menção à execução de estudos de dispositivos componentes da rodovia, incluindo Obras de Arte Especiais. Confira-se:

[...]

Portanto, atendidas as exigências técnicas estabelecidas em Edital para a função de Engenheiro Especialista – OAE, deve ser computado integralmente em favor do Sr. Renato Ribeiro o tempo de experiência referido na CAT n.º 7586/2010.

viii. Em sétimo lugar, com relação à CAT n.º 62010/2016, o Sr. Renato Ribeiro exerceu a função de Especialista em Estruturas (OAE), cujo escopo foi a elaboração de “Projeto Executivo para Recuperação, Reforço e Reabilitação (Alargamento) de 11 (onze) pontes na Rodovia BR-222/PA, Trecho: Div. MA/PA (Rio Itinga) – Entr. BR-158 (Rio Bacajá), Subtrecho: Rondon do Pará – Marabá, Segmento Km 104,74 – Km 232,02”, razão pela qual o tempo de experiência nela referido deverá ser computado integralmente em favor do profissional em questão.

ix. Com relação à CAT n.º 27288/2014, o Sr. Renato Ribeiro desempenhou a função de Especialista em Projeto Estrutural (OAE), cuja contratação teve por escopo a elaboração de “Projeto Básico e Executivo de Engenharia para Construção e Recuperação, Reforço e Alargamento de 15 (quinze) Pontes Rodoviárias na Rodovia BR-429/RO; Trecho: Entr. BR-364 (A) (Ji-Paraná) - Entr. RO478 (Fronteira Brasil - Bolívia) (Costa Marques); Subtrecho: Entr. BR-473 (Alvorada do Oeste) - Entr. RO478 (Fronteira Brasil - Bolívia) (Costa Marques); Segmento: Km 94,90 - Km 341,21”

Logo, de modo semelhante às experiências anteriores, deverá ser computado integralmente o período de experiência referido na CAT n.º 27288/2014.

x. Com relação à CAT n.º 90350/2017, o Sr. Renato Ribeiro atuou na função de Responsável Técnico Solidário, cujo objeto da prestação de serviços consistiu no desenvolvimento de “Estudos e Projetos Básicos para a Implantação do Corredor Transcarioca, Trecho: Penha - Aeroporto do Galeão, em uma Extensão Aproximada de 13,00 Km, na Cidade do Rio de Janeiro”.

No escopo da CAT, nas págs. 11/15, constatamos que foram executados Projetos de Obras de Arte Especiais, conforme recorte abaixo:

[...]

Portanto, a CAT n.º 90350/2017 atende às exigências técnicas previstas para a função de Engenheiro Especialista – OAE.

xi. Por fim, com relação à CAT n.º 18605, o Sr. Renato Ribeiro desempenhou a função de Responsável Técnico, cujo objeto consistiu na “Supervisão e Acompanhamento das Obras de Construção da Ponte sobre o Rio Madeira, no Município de Porto Velho, Distrito de Abunã e Seus Acessos, na Rodovia BR-364/RO - Edital nº 419/2008-00”. Vejamos, ademais, o recorte abaixo reproduzido, constante na pág. 07 da CAT:

[...]

Logo, o atestado indicado atende integralmente as exigências previstas no instrumento convocatório e, por esse motivo, deve ser computado em sua totalidade em favor do profissional em referência.

Verifica-se, portanto, que todas as CATs apresentadas para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE atendem às exigências técnicas previstas no edital, devendo ser considerada a experiência total comprovada, de 10,44 anos.

xii. Não obstante as Certidões de Acervo Técnico acima referidas sejam suficientes para comprovar a experiência profissional prévia na elaboração de projetos e/ou estudos de Obras de Arte Especiais ferroviárias, rodoviárias ou metroviárias, o Sr. Eng.º Renato Ribeiro, adicionalmente, detém experiência, na qualidade de Responsável Técnico, na “Prestação de serviços técnicos especializados necessários à desestatização do sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, de até 2.947,2 km1 de extensão”, cujos serviços envolveram também o desenvolvimento de estudos e

projetos de Obras de Arte Especiais, conforme descrito na pág. 5 do Atestado em anexo. A seguir:

[...]

xiii. Acrescente-se que, para o quadro considerado no item 2.1, as CATs n.º 44118/2016 e 11829/2009 foram desconsideradas pela Comissão, sob o argumento de que o Profissional respectivo foi indicado como especialista de outras disciplinas.

Nesse aspecto, não caberia à Comissão de Licitação, de plano, desconsiderar as experiências em questão, mas promover diligência destinada à apresentação de documentos complementares, capazes de justificar ou esclarecer os termos da experiência anterior e verificar o atendimento aos requisitos previstos no instrumento convocatório.

Para o efeito, o item 14.24 do Edital RLE n.º 07/2024 assim dispôs:

“O(A) Presidente da CPL poderá solicitar documento complementar destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência (Acórdão 1211, 2443 e 2568, todos expedidos em 2021 pelo Plenário do TCU)” (grifos acrescidos)

Em complemento, o item 11.6 do Edital estabeleceu que as diligências serão destinadas ao esclarecimento ou confirmação da veracidade das informações prestadas pelo licitante, constantes de sua proposta. Vejamos:

11.6. É facultado à CPL a realização de diligência destinada a esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações, prestadas pelo Licitante, constantes de sua Proposta e de eventuais documentos a ela anexados.

Admitindo a possibilidade de juntada posterior de documentos aptos a justificar ou esclarecer condição preexistente à abertura da sessão pública, prestigiando os princípios da eficiência e do formalismo moderado, o TCU considerou que “a vedação à inclusão de novo documento novo, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro” (Acórdão TCU n.º 1.211/2021 – Plenário).

[...]

Nesse aspecto, visando esclarecer o integral cumprimento, pelo Consórcio Estratégica – Prosul, da experiência prévia exigida para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE, o recorrente anexa as CATs n.º 90350/2017, 7586/2010, 8761/2008, 2516/2007 e 558510/2011, além do Atestado do BNDES, visando esclarecer a experiência prévia do referido profissional.

Por todas as razões acima apresentadas, o Consórcio Estratégica – Prosul requer seja dado provimento ao presente recurso administrativo para, reformando as razões consignadas na decisão veiculada mediante o Ofício n.º 100/2024/GEPRO-INFRASA, considerar integralmente atendido o tempo mínimo de experiência exigido para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE, previsto no item 14.10.6 do Edital, classificando a proposta apresentada pelo recorrente e declarando-o vencedor do presente certame.

II - DAS IRREGULARIDADES DA PROPOSTA APRESENTADA PELO CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT-EF-232. DA NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO CONSÓRCIO RECORRIDO.

Não obstante as razões demonstradas no tópico antecedente, as quais evidenciam o equívoco na avaliação da experiência prévia comprovada para a função de Engenheiro Especialista – OAE, as quais, por si sós, impõem a necessidade de classificação da proposta apresentada pelo Consórcio Estratégica – Prosul, cumpre destacar as inúmeras irregularidades constatadas na proposta apresentada pelo Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, ensejando sua desclassificação no presente certame.

i. Como é possível observar, em sua proposta, o Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 apresentou encargos sociais e trabalhistas obrigatórios para todas as categorias profissionais, presentes no Grupo A, com alíquotas alteradas.

Podemos destacar, nesse sentido, o item Seguro contra Risco de Acidente de Trabalho (INSS), que possui alíquota obrigatória de 3% (três por cento), de acordo com o Manual de Consultoria para Mão-de-Obra do DNIT”, mas o Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 apresentou alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), violando o disposto no Art. 22, inciso II, alínea “c”, da Lei n.º 8.212/1991.

[...]

ii. Em segundo lugar, a proposta apresentada pelo Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, especificamente na composição de seu BDI (Bonificações e Despesas Indiretas), utilizou as alíquotas do regime tributário do Lucro Real.

Como sabido, são tributadas pelo Lucro Real as empresas com faturamento superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) anuais.

Todavia, analisando a pág. 1150 da proposta apresentada pelo recorrido, é possível verificar que a empresa TPF Engenharia Ltda., integrante daquele consórcio, possui um faturamento de aproximadamente R\$ 238 milhões, enquadrando-se, obrigatoriamente, no regime de Lucro Real.

Já a empresa Norconsult Projetos e Consultoria Ltda., também integrante do consórcio recorrido, possui faturamento anual de R\$ 10.448.286,06 (pág. 1170 do volume de habilitação), estando obrigatoriamente enquadrada no regime do Lucro Presumido.

Como exemplo, cumpre destacar o teor da Instrução Normativa n.º 1199/2011, da Receita Federal do Brasil, a qual estabelece que as receitas, despesas, custos e obrigações provenientes de atividades desenvolvidas por consórcio de empresas estão sujeitos à aplicação de um regime próprio para as empresas consorciadas.

Com efeito, as empresas integrantes do consórcio deverão responder pelos tributos devidos, em relação às operações praticadas pelo consórcio, na proporção de sua participação no empreendimento.

Desse modo, considerando que as consorciadas se enquadram em regimes tributários distintos, caberia ao Consórcio

TPF-Norconsult-EF-232, em sua proposta de preços, apresentar BDI equacionando as alíquotas dos impostos de acordo com o percentual de participação de cada empresa consorciada, conforme tabela abaixo reproduzida:

[...]

Como consequência, a adequação das alíquotas importaria uma redução do total do BDI de 44,66% para 40,02%, nos termos do demonstrativo abaixo:

[...]

Verifica-se, portanto, que os percentuais de BDI apresentados pelo Consórcio TPFNorconsult-EF-232, caso inadvertidamente mantida a classificação de sua proposta, importarão um impacto financeiro de aproximadamente R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em detrimento do Poder Público contratante, desequilibrando, já em seu início, a equação econômico-financeira de eventual contrato.

iii. Em terceiro lugar, o Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 utilizou, dentre os documentos de qualificação técnica apresentados para fins de comprovação do tempo de experiência profissional, atestados sem as Certidões de Acervo Técnico correspondentes.

Cumprе ressaltar, todavia, que a necessidade de apresentação das Certidões de Acervo Técnico foi ratificada no 2º Caderno de Perguntas e Respostas, conforme recorte abaixo reproduzido:

[...]

Logo, tendo em vista o manifesto descumprimento aos termos do instrumento convocatório e às orientações vinculativas do 2º Caderno de Perguntas e Respostas, cumpre à Comissão de Licitação desconsiderar, na Capacidade Profissional do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, o tempo de experiência referido para os profissionais cujos atestados não foram acompanhados das CATs correspondentes.

Desse modo, os profissionais Joel César de Albuquerque Júnior (Engenheiro Especialista – Drenagem OAC), Antônio Carlos Ramos (Engenheiro Especialista – Geotecnia), Abel de Oliveira Filho (Engenheiro Especialista – OAE) e Maria Ângela Nava (Engenheiro Especialista – Terraplenagem) não atingirão os 10 (dez) anos de experiência prévia mínima exigidos no edital, conforme demonstrado na tabela abaixo:

[...]

iv. Em quarto lugar, especificamente com relação à Sra. Eng.^a Maria Ângela Nava, indicada pelo Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 para a função de Engenheiro Especialista – Terraplenagem, além da ausência de comprovação do tempo de experiência mínimo previsto no edital – conforme demonstrado no subtópico antecedente –, é imprescindível destacar que a profissional também não atende a formação superior exigida para a função.

Com efeito, o item 14.10.6 do edital exigiu, para a função de Engenheiro Especialista – Terraplenagem, a formação superior em Engenharia Civil. Vejamos a seguir:

[...]

Todavia, a Sra. Eng.^a Maria Ângela Nava possui formação em Engenharia Cartográfica, de modo que não poderia ser considerada para a análise da Capacidade Profissional do Consórcio TPFNorconsult-EF-232, ensejando a imperiosa desclassificação da proposta apresentada.

[...]

Por todas as razões acima apresentadas, o Consórcio Estratégica – Prosul requer seja dado provimento ao presente recurso administrativo para, reformando as razões consignadas na decisão veiculada mediante o Ofício n.º 116/2024/GEPRO-INFRASA, desclassificar a proposta apresentada pelo do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, em razão das irregularidades acima indicadas.

2.2. Por fim, requereu a classificação da proposta apresentada pelo Consórcio Estratégica – Prosul, tendo em vista a comprovação do tempo mínimo exigido para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE, previsto no item 14.10.6 do Edital, e, consequentemente, declará-lo vencedor do presente certame, bem como a desclassificação do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232.

3. DAS CONTRARRAZÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a recorrida se manifestou tempestivamente, por intermédio do documento SEI nº 8623431, em síntese:

[...]

6. Não bastasse as insubsistentes razões apresentadas na tentativa de reformar sua inabilitação, o RECORRENTE alega, também de maneira infundada, a necessidade de inabilitação do RECORRIDO e desclassificação de sua proposta comercial. Busca sustentar sua pretensão sob os descabidos argumentos de que:

(i) a proposta do RECORRIDO teria apresentado encargos sociais e trabalhistas “com alíquotas alteradas”, notadamente para o Seguro contra Risco de Acidente de Trabalho, que, segundo o RECORRENTE, deveria ser de 3% (três por cento), e não de 1,5% (um e meio por cento), conforme orçou;

(ii) o BDI constante na proposta do RECORRIDO deveria ter sido “equacionado” de acordo com o percentual de participação das consorciadas, com sua redução para 40,02% (quarenta inteiros e dois centésimos por cento), tendo em vista o regime de tributação das empresas;

(iii) os atestados apresentados pelo RECORRIDO para a comprovação da experiência dos profissionais desacompanhados de Certidão de Acervo Técnico – CAT não poderiam ser considerados; e

(iv) a Eng. Maria Ângela Nava indicada para a função de Engenheiro Especialista – Terraplanagem não teria formação superior exigida para o exercício da função.

[...]

III. DA IMPROCEDÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS

III.1 AUSÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DO RECORRENTE PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS. ENGENHEIRO ESPECIALISTA - OAE COM EXPERIÊNCIA EM TEMPO INFERIOR À EXIGIDA NO EDITAL

[...]

9. Em minuciosa e muito bem fundamentada análise, a competente Equipe Técnica da VALEC examinou os documentos de habilitação do RECORRENTE frente às regras editalícias e, em relação à qualificação técnico-profissional, concluiu, motivadamente:

[...]

10. Além de explicitar os critérios utilizados na análise, conforme acima reproduzido, o OFÍCIO Nº 100/2024/GEPRO-INFRASA/SUPRO-INFRASA/DIREMINFRASA/DIREX-INFRASA/CONSAD-INFRASA/AGINFRASA trouxe documento anexo em que explicita o tempo de experiência comprovado do profissional, a partir de cada atestado apresentado. No caso do profissional indicado para a posição de Engenheiro Especialista – OAE pelo RECORRENTE, chegou-se ao total de 6,86 anos de experiência, inferior, portanto, àquela exigida no Edital.

11. O RECORRENTE resiste à conclusão da Equipe Técnica da VALEC, mas não enfrenta ou ao menos aponta, de forma objetiva, qual teria sido o erro da análise realizada. Em suas razões recursais, comenta genericamente sobre alguns dos atestados e CATs e traz anexos ao seu recurso novas CATs e atestados não apresentados originalmente em sua documentação de habilitação, como se fosse possível, nesse momento, corrigir e suprir a omissão de seus documentos.

12. Para que não se tenha dúvidas quanto à improcedência dos argumentos do RECORRENTE demonstra-se adiante, uma a uma, as falhas de sua documentação, as quais evidenciam que a licitante não detém a capacidade técnico-profissional exigida.

a) CAT Nº 5585/10 13.

13. Referida CAT não constou na documentação apresentada pelo RECORRENTE, de modo que nunca poderia ser considerada para fins de habilitação, sob pena de agressão ao princípio da isonomia, por conferir benefício somente àquele licitante.

14. E mesmo que fosse possível – mas não é – aceitar a CAT extemporaneamente apresentada pelo RECORRENTE, seu conteúdo não demonstra a experiência requerida no Edital, notadamente de elaboração de projetos e/ou estudos de Obras de Arte Especiais. Conforme se verifica na página 62 do Recurso Administrativo, o respectivo atestado demonstra apenas a execução da atividade de Supervisão de Obras de Artes Especiais, experiência distinta, portanto, da exigida para o profissional especialista OAE.

15. Na tentativa de ofuscar o fato de que a experiência atestada na CAT não se adequa à requerida, o RECORRENTE faz um recorte do documento para excluir seu título, pois este não deixa margem para dúvidas de que trata e atesta a atividade de supervisão, conforme destaques abaixo.

[...]

16. Deste modo, a CAT não poderá ser considerada, seja porque apresentada extemporaneamente, seja porque não serve para demonstrar a experiência do profissional em elaboração de estudos ou projetos na especialidade de OAE.

b) CAT Nº 23265/2012

17. A CAT nº 23265/2012 comprova que o profissional Renato Ribeiro atuou como coordenador geral e participou de estudos de traçado, projeto geométricos, desapropriação e remanejamento de interferências, mas NÃO que desempenhou a função de Engenheiro Especialista em OAE.

18. O Edital deixa claro que, para fins de demonstração da capacidade técnico-profissional, “não é exigido que o atestado esteja em nome da Empresa licitante, mas que os profissionais que desejam comprovar a qualificação possuam atestado(s) de capacidade técnica de elaboração de projetos nas especialidades”, não podendo ser aceita, para fins de atendimento ao item editalício, a experiência em outras especialidades, como bem considerou a Equipe Técnica da VALE em sua análise.

19. Através do documento, o profissional Renato Ribeiro comprova experiência na elaboração de projeto nas disciplinas de geometria, desapropriação e remanejamento de interferências, e não de OAE. Ainda, sua atuação como coordenador não tem relação com a especialidade de OAE, mas sim com a coordenação geral dos serviços. Observe-se o documento abaixo:

[...]

20. Perceba, na imagem abaixo, que a CAT designa um profissional específico como responsável pela elaboração de projetos de OAE, o eng. João Darous, deixando claro que tal atribuição não foi exercida pelo eng. Renato Ribeiro.

c) CAT 163845/2021

21. Mais uma vez, a CAT referida não menciona projeto de OAE. A especialidade dos trabalhos apenas é citada no campo que traz a equipe técnica, em que foi designado o responsável técnico pela elaboração de projeto de OAE, não sendo este o Sr. Renato Ribeiro.

[...]

22. Para além disso, é importante destacar que o período correto de experiência a ser considerado segundo o documento é de 20/02/2003 a 14/04/2003, totalizando 53 dias, e não de 10.02.2003 a 10.07.2003, como adotado pela CPL. Conforme registrado no documento, o início dos serviços ocorreu em 20.02.2003, mas foi paralisado em 14.04.2023.

23. Assim, tendo em vista que os serviços foram retomados em 15.09.2006 e concluídos em 20.12.2006, totalizando 97 dias, o acervo comprova tempo de experiência total de 150 dias, e não de 247 dias. Vejamos.

[...]

d) CAT 2516/2007

24. A CAT não pode ser considerada, eis que não foi apresentada nos documentos de habilitação. É evidente que a fase recursal não permite a apresentação de novos documentos. Seria contraditório admitir a inclusão de novos documentos para fins de habilitação posteriormente à decisão que julga os envelopes das licitantes. E ainda que isso fosse possível, o que se cogita apenas para argumentar, a CAT extemporaneamente apresentada pelo RECORRENTE não demonstra a experiência requerida para a posição.

25. Pois bem. A CAT refere-se aos serviços de “CADASTRAMENTO II DA REDE PARA ATUALIZAÇÃO DO BANCO DADOS DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL E RESPECTIVA BASE CARTOGRÁFICA.” As atividades desenvolvidas não englobam estudos ou elaboração de projetos para implantação de OAE. O objeto do contrato ao qual se refere compreende a coleta de dados e cadastramento da rodovia existente.

26. Em seu recurso, o RECORRENTE inclui esta CAT visando compor o cálculo da experiência do profissional Especialista - OAE, indicando o período de 03.10.2005 a 01.03.2006, que totalizaria o tempo de experiência de 149 dias. Entretanto, omite o fato de que dentro do período houve paralisação nas atividades, conforme registrado no documento.

[...]

27. Logo, mesmo que a CAT pudesse ser aceita nessa fase da licitação e que seu objeto tratasse das atividades exigidas no Edital, o tempo de experiência a ser considerado seria de 122 dias - considerando um primeiro período de 03.10.2005 a 03.01.2006, equivale a 92 dias, e um segundo período, com início em 14.06.2006 e até 14.07.2006, corresponde a 30 dias. e) CAT 8761/2008 28. Referida CAT também não constou na documentação de habilitação do RECORRENTE, o que per si inviabiliza sua aceitação para fins de comprovação de sua capacidade técnica 29. Demais disso, a CAT refere-se a serviços de “CADASTRAMENTO DAS OCUPACOES REGULARES OU IRREGULARES NAS FAIXAS DE DOMINIO E ÁREAS “NON AEDIFICANDI” E DOS SISTEMAS COMPONENTES DA RODOVIA BR- 465/RJ”, não englobando estudos para implantação ou elaboração de projeto de OAE. A experiência demonstrada na CAT consiste na execução de levantamento topográfico no qual estão incluídas obras de artes especiais, conforme se vê adiante:

[...]

f) CAT 9650/2008

30. O RECORRENTE defende, em seu recurso, que o período indicado na CAT, de 09.11.2006 a 08.04.2007, deveria ser considerado integralmente no cálculo do tempo de experiência do profissional. No entanto, há concomitância entre o referido período e aquele em que foram executadas as atividades objeto da CAT 163845/2012, de 15.09.2006 e 20.12.2006. Apenas a partir de 21.12.2006 foi que não houve a execução concomitante dos serviços tratados nas referidas CATs. Assim, o tempo de experiência comprovado na CAT, excluído o período de concomitância, equivale a 108 dias.

g) CAT 7586/2010

31. A CAT não pode ser considerada, eis que não foi apresentada nos documentos de habilitação. E ainda que isso fosse possível, o que se cogita apenas para argumentar, não demonstra a experiência requerida para a posição.

32. Nesse sentido, o documento refere-se ao “Cadastramento das Ocupações Regulares ou Irregulares nas Faixas de Domínio e nas Áreas “Non Aedificandi” e dos Sistemas Componentes, com Amarração Georreferenciada da Rodovia BR-393/RJ; Trecho: Três Rios (Km 176,20) – Entr. BR-116/RJ (Km 295,60); Subtrecho: Ponte s/ Ribeirão da Amizade (Km 280 + 500 m); Entr. BR-116/RJ (Km 295 + 600m); Segmento: Km 280,50 – Km 295,60”. As atividades desenvolvidas não englobam estudos para implantação ou elaboração de projetos de OAE. O contrato refere-se à coleta de dados e cadastramento de rodovia existente, de modo que, ainda que tivesse sido apresentada na documentação de habilitação do RECORRENTE, não seria hábil a demonstrar a experiência requerida. Vejamos:

[...]

h) CAT 90350/2017

33. Referida CAT também não constou na documentação de habilitação do RECORRENTE, o que per si inviabiliza sua aceitação para fins de comprovação da capacidade técnica na licitação.

i) CAT 44118/2016

34. A CAT foi acertadamente desconsiderada pela CPL, porque o atestado ao qual se refere não menciona o desenvolvimento de projeto ou estudos para a implantação de OAE; e o profissional indicado foi responsável, na execução contratual, por estudos geotécnicos, projeto de terraplenagem e projeto de pavimentação, exercendo, assim, função de especialidade distinta da requerida.

35. Em seu recurso, o RECORRENTE defende que a CPL deveria ter promovido diligência destinada a suprir a informação supostamente omitida no documento. Contudo, a realização diligência, conforme disposto no item 11 do Edital, trata-se de faculdade da CPL a ser exercida no propósito esclarecer ou confirmar a veracidade das informações apresentadas. Ela nunca será meio hábil para “contradizer” os dados expressamente trazidos na documentação, como pretende o RECORRETE.

36. A CAT apresentada certifica a experiência do profissional na execução das atividades de desenvolvimento de estudos geotécnicos, projeto de terraplenagem e projeto de pavimentação. A diligência almejada pelo RECORRENTE nunca demonstraria experiência distinta daquela expressamente atestada no documento, notadamente a elaboração de projeto ou estudos para implantação de OAE.

37. Além disso tudo, houve concomitância entre os serviços acervados pela CAT. Estes tiveram início no dia 02.03.2010 e perduraram por 180 dias, ou seja, até 29.08.2010, de forma concomitante com as atividades tratadas na CAT 62010/2016. Vejamos.

[...]

j) CAT 11829/2009

38. A CAT foi desconsiderada acertadamente pela CPL, pois, segundo registrado no documento, o profissional Renato Ribeiro não elaborou, não foi responsável técnico e nem coordenou a disciplina de Projeto de OAE. Conforme imagem abaixo, o eng. Renato Ribeiro foi responsável pelos estudos geotécnicos, estudos hidrológicos e projeto de drenagem e obras de arte correntes. A elaboração e responsabilidade técnica do projeto de OAE coube ao eng. Sérgio Marques Ferreira de Almeida, conforme se vê abaixo.

[...]

39. Conforme demonstrado acima, os documentos apresentados pelo RECORRENTE não são suficientes para comprovar a experiência, por tempo igual ou superior a 10 anos, do profissional indicado para a posição Engenheiro Especialista – OAE. Sua habilitação, assim, agrediria os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, ambos aplicáveis à licitação por força do art. 31 da Lei nº. 13.303/2016, a Lei das Estatais, verbis:

[...]

41. Demais disso, não podem ser aceitos os documentos apresentados pelo RECORRENTE anexos ao seu recurso, para fins de demonstração de sua capacidade técnica. Ainda que deva ser observado o princípio do formalismo moderado nas licitações, admitir a apresentação, na fase de recurso, de documentos para compor o envelope da habilitação da licitante seria contrária às mais básicas noções de processualidade administrativa, além de resultar na concessão de ilegal vantagem ao RECORRENTE.

42. No ponto, registre-se que os documentos apresentados pelo RECORRENTE em seu recurso não se trata de meros esclarecimentos quanto ao conteúdo da documentação originalmente apresentada. Os documentos consistem em CATs que reportam experiências do profissional distintas e não relacionadas com aquelas acervada na documentação entregue inicialmente no certame.

43. Não bastasse o fato de apresentada intempestivamente, as CATs que instruíram o recurso do RECORRENTE em nada alterariam o desfecho de sua inabilitação. Isso porque, como demonstrado, ponto a ponto, acima, a experiência nelas atestadas não atende à exigida no item 6.5.5 do Termo de Referência, na maior parte porque não se refere à elaboração de estudos ou projetos da especialidade de OAE.

44. Assim, sob qualquer ângulo que se analise, restam demonstrados o acerto e legalidade da decisão da CPL que inabilitou o RECORRENTE.

III.2 DA EVIDENTE CAPACIDADE TÉCNICA DO RECORRIDO. COMPROVADA FORMAÇÃO DA ENGENHEIRA MARIA ÂNGELA NAVA. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS SUFICIENTES A DEMONSTRAR A EXPERIÊNCIA DE SEUS PROFISSIONAIS

45. Para além de atacar a decisão da CPL que o inabilitou, o RECORRENTE pugna pela inabilitação do RECORRIDO. No propósito, defende que deveriam ser desconsiderados, para fins de qualificação técnico-profissional, os atestados apresentados pelo RECORRIDO desacompanhados das respectivas CATs, notadamente os que atestam a experiência dos profissionais Joel César de Albuquerque, Antônio Ramos, Abel de Oliveira e Maria Ângela Nava.

46. Contudo, o argumento vai em sentido exatamente contrário ao disposto no Edital da licitação. O instrumento convocatório é claro ao dizer que o preenchimento dos requisitos de experiência profissional pode ser realizado mediante a apresentação de atestado, certidão OU declaração, e não de atestado obrigatoriamente acompanhado de CAT, como defendido pelo RECORRENTE. Vejamos os termos da regra editalícia.

47. O dispositivo não deixa margem para dúvida: a apresentação de qualquer uma das 3 espécies de documento acima é suficiente para comprovar a experiência do profissional.

48. Além de ir em sentido contrário à regra expressa no instrumento convocatório, o argumento do RECORRENTE é contraditório com sua própria posição adotada no recurso. Isso porque, em suas razões recursais, o RECORRENTE defende que o atestado emitido pelo BNDES deveria ser considerado para fins de comprovar o tempo de experiência de profissional de sua equipe, sendo que referido atestado não foi apresentado acompanhado pela respectiva CAT.

49. Assim, o RECORRENTE assume posições distintas quanto à interpretação das regras editalícias, de acordo com o que lhe convém. Na tentativa de inabilitar o RECORRIDO, pugna pela não aceitação de atestados desacompanhados de CATs ao mesmo tempo que defende o acolhimento de atestado que apresentou desacompanhado de CAT para fins dos cálculos do tempo de experiência de sua equipe.

50. A postura reticente do RECORRENTE apenas confirma a ausência de fundamento de seu argumento, e o acerto da decisão que considerou os atestados apresentados pelo RECORRIDO, mesmo quando desacompanhado de CAT, aptos a demonstrar a experiência profissional, por ser esta a regra definida no Edital. Assim, qualquer decisão em sentido distinto infringiria diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

51. Mas não foi só isso. Além de lançar alegações contrárias ao Edital, o RECORRENTE ainda defende argumento que carece até de lógica. Diz o que não foracomprovada a formação da Sra. Maria Ângela Nava exigida para a posição de Engenheira Especialista – Terraplanagem.

52. Contudo, na documentação do RECORRENTE são apresentadas CATs emitidas pelo CREA a partir de Anotações de Responsabilidade Técnica da profissional pela atividade de elaboração de projetos de terraplanagem. Ora, Ilmos. Membros da CPL, se a referida profissional não estivesse profissionalmente habilitada para exercer a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos de terraplanagem, como o CREA, órgão responsável pela fiscalização do exercício da profissão de engenharia, nos termos Lei nº 5.194/1966, teria anotado sua responsabilidade técnica para as atividades?

53. A resposta ao questionamento acima leva a inevitável conclusão de que a eng. Maria Ângela Nava tem, sim, formação adequada e está apta e habilitada profissionalmente para exercer a posição de Engenheira Especialista – Terraplanagem no futuro contrato. Aceitar a infundada alegação do RECORRENTE significaria defender que o órgão responsável pela fiscalização e regulamentação do exercício da profissão de engenharia estaria errado em sua avaliação de que a eng. Maria Ângela Nava poderia exercer a responsabilidade técnica por atividades de elaboração de projeto de terraplanagem, conforme comprovadamente desempenhou. Essa ideia não faz o menor sentido e

tampouco prestigia o próprio objetivo dos requisitos habilitatórios de qualificação técnica, qual seja, averiguar se a licitante reúne as condições técnicas mínimas para a execução do objeto contratual.

54. As atestações dizem respeito a projetos de complexas obras viárias, sendo que, em todos eles, a Engenheira Maria Angela Nava aparece como engenheira especialista responsável pelos projetos de terraplanagem de obras viárias, ou seja, a profissional em destaque não apenas compôs a equipe que cuidou dos referidos projetos, mas assumiu a responsabilidade técnica pela integralidade dos projetos de terraplanagem.

55. Vale mencionar, inclusive, que, entre os atestados apresentados, o de nº 7 diz respeito à elaboração do projeto executivo de infraestrutura e de superestrutura das obras de implantação da Ferrovia Transnordestina no Estado de Pernambuco, cuja licitação foi levada a efeito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado. Nesse contrato, a Engenheira Maria Angela Nava assumiu, como de praxe, a responsabilidade pelo projeto de terraplanagem.

56. Isso significa, portanto, que não será a primeira vez que a referida profissional assumirá a responsabilidade pela elaboração do projeto de terraplanagem da ferrovia Transnordestina, uma vez que já atuou na elaboração desse mesmo projeto em outro trecho da ferrovia, o que comprova, de maneira cabal, sua plena capacitação para elaborar projetos dessa natureza.

57. Com efeito, as razões recursais do RECORRENTE im procedem também quanto a este ponto específico.

III.3 INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA PROPOSTA DO RECORRIDO

III.3.1 ADEQUAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 1,5% PARA O ITEM “SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO”

58. Defende o RECORRENTE que haveria erro no percentual de 1,5% indicado para o item “Seguro Acidente de Trabalho”, da planilha de encargos da proposta do RECORRIDO, afirmando que, por força de manual do DNIT, deveria ser de 3%.

59. Olvida-se o RECORRENTE que os custos estimados em manuais do DNIT são diretrizes para a orçamentação da licitação pelos órgãos/entidades licitantes, não obstante a apresentação de propostas com valores ou percentuais inferiores, desde que o montante proposto seja exequível e aderente à realidade do proponente. 60. No que diz respeito ao percentual do Seguro de Acidente do Trabalho, este sofre influxos de duas variáveis:

i) a atividade econômica preponderante do estabelecimento, de acordo com o declarado pela empresa, podendo ser de 1%, 2% ou 3%, conforme o grau de risco da atividade;

ii) o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que pode reduzir a alíquota em até 50% ou majorá-la em até 100%, em razão do desempenho da empresa.

61. É o que se extrai do art. 10 da Lei 10.666/2003, dos arts. 202 e 202-A do Decreto nº 3.048/1999 e do art. 43 da IN 2110/2002:

[...]

63. Dessa forma, empresas com idêntica atividade econômica preponderante podem contribuir com alíquotas efetivas distintas.

64. Conforme documentação anexa e imagens abaixo colacionadas, os FAPs das consorciadas TPF ENGENHARIA LTDA e NORCONSULT PROJETOS E CONSULTORIA LTDA para o ano de 2024 foram definidos pela Previdência Social em 0,50:

6.5. Tem-se, destarte, uma alíquota efetiva do GILRAT de 1,5%, baseada no seguinte cálculo:

$$\{\text{Alíquota Efetiva do GILRAT}\} = \{\text{Alíquota Base do RAT}\} * \{\text{FAP}\} = 3\% * 0,50 = 1,5\%$$

66. Portanto, a alíquota de 1,5% indicada pelo RECORRIDO está adequada à realidade das empresas integrantes do Consórcio e em conformidade com a legislação aplicável.

67. Ainda que tivesse havido equívoco no percentual do item “Seguro Acidente de Trabalho” - o que não ocorreu, como demonstrado - não seria caso de desclassificação da proposta, mas de abertura de prazo para sua correção.

[...]

69. Assim, caso viesse a ser compelido a majorar a alíquota do Seguro para 3%, resultando em encargos de 64,5%, o RECORRIDO poderia ajustar os salários propostos, respeitando o piso da categoria e mantendo o valor global de sua proposta, atendendo, assim, a jurisprudência do TCU.

70. Logo, por qualquer ângulo que se analise, as alegações do RECORRENTE não têm amparo fático ou legal, devendo o recurso, também nesse ponto, ser desprovido.

III.3.2 ADEQUAÇÃO DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO E DAS ALÍQUOTAS DO BDI. IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

71. O RECORRENTE afirma que o RECORRIDO estaria obrigatoriamente enquadrada no regime tributário do lucro presumido e que o BDI de sua proposta deveria ser “equacionada” para espelhar o regime tributário das duas integrantes, de forma proporcional às respectivas participações.

72. O argumento da Recorrente, na verdade, é um sofisma, lastreando-se em premissa equivocada.

73. O inciso I do art. 14 da Lei nº 9.718/1998 obriga as pessoas jurídicas com receita superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) à apuração do lucro real. Entretanto, isso não significa que as empresas com faturamento inferior a esse limite estejam proibidas de adotarem o mesmo regime.

74. Não existe obrigação legal de tributação com base no lucro presumido, mas autorização para que determinadas pessoas jurídicas possam optar por esse regime, nos moldes dos arts. 44 e 45 da Lei nº 8.981/1995:

[...]

75. Portanto, o cálculo do BDI pelo RECORRIDO considerou corretamente os tributos aplicáveis, de acordo com os regimes de apuração do lucro das empresas consorciadas.

76. Ainda que assim não fosse, reitera-se que não seria caso de desclassificação da proposta, pois seria essa medida desproporcional e contrária ao interesse público. Perceba que, ainda que as alíquotas dos tributos considerados no

BDI da proposta do RECORRIDO estivessem em desconformidade com o regime tributário de uma das consorciadas, na forma sugerida pelo RECORRENTE em suas razões recursais: (a) o percentual do item e valor global orçados atendem aos limites definidos no Edital; (b) não importaria em qualquer vantagem competitiva em relação aos demais licitantes; (c) não compreende sobrepreço; e (d) não interfere no julgamento objetivo das propostas.

3.2. Ao final, requereu que sejam acolhidas as contrarrazões apresentadas, e a improcedência do recurso, mantendo-se a habilitação da licitante.

4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA ÁREA TÉCNICA:

4.1. Prefacialmente, importante consignar que acerca da análise da documentação apresentada para a comprovação da capacidade técnica apresentada pela licitante, não cabe à Comissão de Licitação se imiscuir em questões eminentemente técnicas, conforme artigo 23, inciso IV do RILC/Infra:

Art. 23. São competências da Comissão de Licitações:

[...]

IV - Quando couber, **solicitar análise e parecer relativos à qualificação e proposta técnica para as unidades requisitantes, cuja análise deverá ser aprovada pelo Diretor Setorial;**

4.2. Salienta-se que o exame da documentação por parte da Comissão de Licitação, se restringe aos aspectos jurídico, econômico-financeiro e fiscal, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a esses, parte-se da premissa de que a autoridade competente se utilizou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

4.3. No presente caso, a Superintendência de Projetos e Custos da Diretoria de Empreendimentos, por intermédio da Análise 12 Recurso Administrativo - ESTRATÉGICA/PROSUL (SEI nº 8604527), devidamente aprovado pela Diretoria de Empreendimentos, concluiu:

5.3.1. em relação à Qualificação Técnica Profissional, a **Recorrida** não cumpriu todos os requisitos exigidos pelo Termo de Referência, pois descumpriu o subitem 6.5., Tabela 3 – PRODUTOS – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL, apresentando uma profissional com formação diferente da prevista no Termo de Referência;

5.3.2. o **Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232**, no entendimento desta área técnica, deve ser considerado **inabilitado** quanto à Qualificação Técnica Profissional para a Categoria Profissional Engenheiro Especialista - Terraplenagem;

5.3.3. considerando a possibilidade de avaliação das documentações complementares apresentadas, nas condições pré-existentis à proposta, em sede de Recurso Administrativo, a **Recorrente** atenderia a Qualificação Técnica mínima prevista no Termo de Referência, comprovando o tempo de experiência de 11,17 anos para a Categoria Profissional Engenheiro Especialista - Obras de Artes Especiais; e,

5.3.4. a **Recorrente** apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração.

5.4. Portanto, nessas condições, considerando apenas as questões técnicas analisadas e de competência desta unidade, entende-se que o **CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL** estaria **habilitado**.

5. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

5.1. Com a finalidade de colaborar e complementar a análise técnica exarada pela unidade demandante, cabe ainda elucidar o que se segue.

I. ADEQUAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 1,5% PARA O ITEM “SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO”

5.2. Com relação às alegações da Recorrente quanto ao percentual inserto na proposta relativo ao item “*Seguro Acidente de Trabalho*”, da planilha de encargos da proposta do Consórcio TPF/Norconsult, em suas contrarrazões, afirma que, por força do Manual do DNIT, deveria ser de 3% e não 1,5% como disposto.

5.3. O Consórcio TPF/Norconsult alega que:

No que diz respeito ao percentual do Seguro de Acidente do Trabalho, este sofre influxos de duas variáveis:

- i) a atividade econômica preponderante do estabelecimento, de acordo com o declarado pela empresa, podendo ser de 1%, 2% ou 3%, conforme o grau de risco da atividade;
- ii) o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que pode reduzir a alíquota em até 50% ou majorá-la em até 100%, em razão do desempenho da empresa.

5.4. Nessa esteira, conforme documentação colacionada, os FAPs das consorciadas TPF ENGENHARIA LTDA e NORCONSULT PROJETOS E CONSULTORIA LTDA para o ano de 2024 foram definidos pela Previdência Social em 0,50.

5.5. Tem-se, como alegado pelo Recorrido, uma alíquota efetiva do GILRAT de 1,5%, baseada no seguinte

cálculo:

$$\{\text{Alíquota Efetiva do GILRAT}\} = \{\text{Alíquota Base do RAT}\} * \{\text{FAP}\} = 3\% * 0,50 = 1,5\%$$

5.6. Portanto, a alíquota de 1,5% indicada pelo RECORRIDO está adequada à realidade das empresas integrantes do Consórcio e em conformidade com a legislação aplicável:

Lei nº 10.666/2003

Art. 10. **A alíquota de contribuição de um, dois ou três por cento, destinada ao financiamento do benefício de aposentadoria especial ou daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social.**

5.7. Dessa forma, não merece procedência esse item do recurso.

II. ADEQUAÇÃO DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO E DAS ALÍQUOTAS DO BDI. IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.8. Considerando a Instrução Normativa RFB nº 1.199/2011, que dispõe sobre procedimentos fiscais dispensados aos consórcios constituídos nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404/1976, e do art. 1º da Lei nº 12.402/2011, deverão observar o que segue:

Instrução Normativa RFN nº 1.199/2011:

Art. 2º As empresas integrantes de consórcio constituído nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 1976, **respondem pelos tributos devidos**, em relação às operações praticadas pelo consórcio, **na proporção de sua participação no empreendimento**, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

(...)

Art. 3º Para efeito do disposto no caput do art. 2º, **cada pessoa jurídica participante do consórcio deverá apropriar suas receitas, custos e despesas incorridos**, proporcionalmente à sua participação no empreendimento, conforme documento arquivado no órgão de registro, **observado o regime tributário a que estão sujeitas as pessoas jurídicas consorciadas**.

§ 1º **O disposto no caput aplica-se para efeito da determinação do lucro real, presumido ou arbitrado**, da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como para apurar a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) **como também para apurar os créditos das pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa dessas contribuições**.

§ 2º A empresa líder do consórcio deverá manter registro contábil das operações do consórcio por meio de escrituração segregada na sua contabilidade, em contas ou subcontas distintas, ou mediante a escrituração de livros contábeis próprios, devidamente registrados para este fim.

§ 3º Na ausência de empresa líder, ou se não houver disposições legais exigindo a indicação de uma líder, deverá ser eleita uma das consorciadas para os fins previstos no § 2º.

§ 4º **Os registros contábeis das operações no consórcio**, efetuados pela empresa líder ou pela consorciada eleita para este fim, **deverão corresponder ao somatório dos valores das receitas, custos e despesas das pessoas jurídicas consorciadas, podendo tais valores serem individualizados proporcionalmente à participação de cada consorciada no empreendimento**.

§ 5º Sem prejuízo do disposto nos §§ 2º a 4º, **cada pessoa jurídica consorciada deverá efetuar a escrituração segregada das operações relativas à sua participação no consórcio em seus próprios livros contábeis, fiscais e auxiliares**.

§ 6º Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal utilizados para registro das operações do consórcio e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pela empresa líder ou pela consorciada eleita de que trata o § 3º, e pelas empresas consorciadas até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes de tais operações.

(...)

Art. 4º **O faturamento correspondente às operações do consórcio será efetuado pelas pessoas jurídicas consorciadas**, mediante a emissão de Nota Fiscal ou de Fatura próprias, **proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento**.

§ 1º Na hipótese de uma ou mais das consorciadas executar partes distintas do objeto do contrato de consórcio, bem como realizar faturamento direto e isoladamente para a contratante, a consorciada remeterá à empresa líder ou à consorciada eleita de que trata o § 3º do art. 3º, mensalmente, cópia dos documentos comprobatórios de suas receitas, custos e despesas incorridos, para os fins previstos nos §§ 2º a 4º do art. 3º.

5.9. Já com relação à retenção dos tributos, a Instrução Normativa dispõe que:

Art. 6º **Nos pagamentos decorrentes das operações do consórcio sujeitos à retenção na fonte dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil na forma da legislação em vigor, a retenção, o recolhimento e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias, devem ser efetuados em nome de cada**

pessoa jurídica consorciada, proporcionalmente à sua participação no empreendimento.

§ 1º Na hipótese de o consórcio realizar a contratação, em nome próprio, de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vínculo empregatício, a responsabilidade pela retenção dos tributos correspondentes e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias, caberá:

I - **às consorciadas**, mediante a utilização do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio de cada pessoa jurídica, se o consórcio apenas efetuar as contratações, **ficando a responsabilidade pelos pagamentos à conta das consorciadas beneficiárias das contratações**; ou

II - ao consórcio, mediante a utilização do CNPJ próprio do consórcio, se este também efetuar os pagamentos relativos às contratações.

§ 2º Na hipótese do § 2º do art. 2º, **se a empresa líder assumir**, no contrato de que trata o art. 279 da Lei nº 6.404, de 1976, a responsabilidade pela contratação e pagamento, em nome do consórcio, de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vínculo empregatício, **a retenção de tributos e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias deverão ser efetuados pela empresa líder, mediante seu CNPJ próprio.**

§ 3º **No caso do § 2º, as obrigações acessórias relativas à retenção dos tributos deverão ser prestadas em conjunto com as obrigações acessórias da empresa líder.**

§ 4º Nas situações previstas no inciso II do § 1º e no § 2º, **aplicar-se-ão as normas de retenção a que está sujeita a empresa líder.**

§ 5º As situações previstas nos incisos I e II do § 1º, **não poderão ser aplicadas concomitantemente entre si, nem com a situação prevista no § 2º, devendo a opção escolhida prevalecer para todo o ano-calendário.**

§ 6º **A opção de que trata o § 5º será manifestada de forma irretratável mediante o primeiro recolhimento referente a tributos retidos realizado no ano-calendário.**

§ 7º Na hipótese do § 1º do art. 4º, a responsabilidade pela retenção de tributos e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias pela contratação e pagamento de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vínculo empregatício, caberá à consorciada que executar a parte distinta do objeto do contrato de consórcio.

5.10. Ante do exposto, tem-se que, somente após o efetivo registro do Consórcio e das responsabilidades estabelecidas, bem como após a manifestação junto ao primeiro recolhimento é que será consignada a forma de retenção dos tributos.

5.11. Assim, o § 4º da referida Instrução Normativa define que quando o consórcio, mediante a utilização do CNPJ próprio, efetuar os pagamentos relativos às contratações, **aplicar-se-ão as normas de retenção a que está sujeita a empresa líder.** No caso em análise, deverá ser considerado o Lucro Real.

5.12. De forma a demonstrar a carga tributária para cada empresa participante do Consórcio, mesmo que com diferentes regimes de tributação e receitas brutas, necessário se faz calcular a carga tributária de cada empresa sobre sua participação de 50% na proposta, considerando a análise a seguir:

· **Valor Total da Proposta: R\$ 20.685.758,88**

- Participação de cada empresa no consórcio: 50%.

- Empresa Líder -1 (Lucro Real): Receita Bruta de R\$ 238.768.098,76 (Obs.: todas as empresas que faturam acima de R\$ 78 milhões por ano são obrigadas a adotar esse regime tributário)

- Empresa 2: Receita Operacional Bruta de R\$ 10.448.286,06 (Obs.: limitado ao faturamento anual de até R\$ 78.000.000,00)

· **Participação de cada empresa no valor da proposta:**

- Participação de cada empresa: R\$ 20.685.758,88 / 2 = R\$ 10.342.879,44

· **Cálculo dos Tributos para Empresa com regime tributário - Lucro Real:**

1. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ):	- Alíquota: 15% - Adicional de IRPJ: 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240.000,00 por ano
2. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):	- Alíquota: 9%
3. PIS e COFINS (regime não cumulativo):	- PIS: 1,65% - COFINS: 7,6%

Exemplo de Simulação de Cálculo:

Para simplificação, vamos simular um **lucro real médio de 10% da receita bruta da proposta**

Lucro Real:	- R\$ 10.342.879,44 * 10% =	R\$ 1.034.287,94
--------------------	-----------------------------	------------------

Lucro Real:	- R\$ 10.342.879,44 * 10% =	R\$ 1.034.287,94
IRPJ:	- 15% sobre R\$ 1.034.287,94 =	R\$ 155.143,19
	- Adicional de 10% sobre R\$ 1.828.575,89 (R\$ 1.034.287,94 - R\$ 240.000,00) =	R\$ 79.428,79
	- Total IRPJ = R\$ 155.143,19 + R\$ 79.428,79 =	R\$ 234.571,98
CSLL:	- 9% sobre R\$ 1.034.287,94 =	R\$ 93.085,91
PIS:	- 1,65% sobre R\$ 10.342.879,44 =	R\$ 170.658,51
COFINS:	- 7,6% sobre R\$ 10.342.879,44 =	R\$ 785.059,24
Total de Tributos (Empresa 1 - Lucro Real):		
IRPJ + CSLL + PIS + COFINS = R\$ 234.571,98 + R\$ 93.085,91 + R\$ 170.658,51 + R\$ 785.059,24 = R\$ 1.283.375,64		

5.13. Considerando o disposto na IN nº 1.199/2011, de que **aplicar-se-ão as normas de retenção a que está sujeita a empresa líder (Lucro Real)**, os cálculos serão idênticos aos da Empresa 1 - Líder, pois a receita e o regime são os mesmos.

5.14. Com as simulações acima auferem-se uma carga tributária média de:

Carga Tributária Média = Total de Tributos / Valor Total da Proposta

Carga Tributária Média = R\$ 2.566.751,28 / R\$ 20.685.758,88 ≈ **12,41%**

5.15. Em resposta à alegação de que os tributos apresentados pela licitante classificada, Consórcio TPF/Norconsult, são superiores aos da concorrente devido ao regime de tributação, esclarece-se os seguintes pontos técnicos:

a) **Conformidade Legal:** O regime de tributação de uma empresa é determinado por critérios legais específicos estabelecidos pela legislação tributária brasileira. A escolha entre Lucro Real e Lucro Presumido é regulada por leis e normas, tais como o Decreto-Lei nº 1.598/1977, Lei nº 9.430/1996 e Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. A alteração arbitrária do regime de tributação para fins de licitação seria ilegal e sujeita a penalidades severas.

b) **Faturamento Anual:** Conforme estipulado pela legislação, empresas com receita bruta anual superior a R\$ 78 milhões são obrigadas a adotar o regime de Lucro Real. A empresa com receita operacional bruta de R\$ 238.768.098,76, está, portanto, legalmente enquadrada no regime de Lucro Real. Esta determinação não pode ser alterada para reduzir artificialmente os tributos e apresentar uma proposta inferior.

c) **Igualdade de Condições:** O princípio da isonomia, conforme a Lei nº 13.303/16, garante que todos os concorrentes tenham igualdade de condições e oportunidades. Alterar o regime de tributação para manipular os custos apresentados na licitação violaria este princípio fundamental, comprometendo a competitividade justa do processo licitatório.

d) **Cálculo dos Tributos:** Os tributos devem ser calculados de acordo com o regime de tributação aplicável. O BDI reflete a carga tributária efetiva baseada no regime de Lucro Real, conforme exigido pela legislação vigente. Qualquer tentativa de apresentar um BDI com tributos manipulados seria eticamente incorreta e contra a lei.

5.16. Outrossim, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 4/2023, originado da Medida Provisória nº 1.171/2023, é o que estabelece a obrigatoriedade de adoção do regime de Lucro Real para empresas com receita bruta anual superior a R\$ 78 milhões a partir de 2024.

5.17. Nesse contexto, **a partir de 2024**, empresas com receita bruta anual superior a **R\$ 78 milhões** devem obrigatoriamente adotar o regime de **Lucro Real**, cujo objetivo é modernizar e simplificar o sistema tributário brasileiro, além de aumentar a justiça fiscal ao adequar os limites de faturamento às realidades econômicas, promovendo um ambiente mais justo e equilibrado para as empresas de diferentes portes.

5.18. Portanto, reitera-se que o regime de tributação é uma questão de conformidade legal e não pode ser definido pela contratante ou alterado para fins de licitação. Devendo a empresa estar em total conformidade com a legislação tributária vigente quando da apresentação de sua proposta de maneira transparente e legal, para as devidas retenções fiscais a partir do primeiro pagamento.

5.19. Não cabendo, assim, ingerência sobre o regime de tributação a que a empresa está submetida para fins licitatórios.

5.20. **Dessa forma, também não merece procedência esse item do recurso.**

6. DA CONCLUSÃO

6.1. Ante exposto, considerando as razões recursais, as contrarrazões, bem como a manifestação da unidade técnica responsável, conclui-se pelo **CONHECIMENTO** do presente recurso, para no mérito, considerá-lo **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, procedendo-se a **INABILITAÇÃO** do **CONSÓRCIO TPF - NORCONSULT - EF - 232**, composto pelas empresas **TPF ENGENHARIA LTDA - CNPJ nº 12.285.441/0001-66 - Líder (50%)** e **NORCONSULT PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CNPJ nº 41.075.755/0001-32- (50%)**, pelo não atendimento do item 6.5 do Anexo I - Termo de Referência e, face à reconsideração de decisão, proceda-se a **HABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL**, formado pelas empresas **ESTRATÉGICA ENGENHARIA LTDA, CNPJ 35.467.604/0001-27, E PROSUL - PROJETOS, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ: 80.996.861/0001-00.**

6.2. Tendo em vista a manifestação da decisão da Comissão de Licitação, encaminhe-se os autos à autoridade competente, para, se de acordo, ratificá-lo ou retificá-lo, nos termos do artigo 55 do RILC/Infra.

Maria Cecília Mattesco Caixeta
Presidente da Comissão de Licitação

Fabiane Freire Amorim
Membro

Luciana Madeiro Ximenes
Membro

Portaria nº 102 (SEI nº 8215248)
Despacho 65 (SEI nº 8296070)



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Freire Amorim, Membro de Comissão de Licitação**, em 29/07/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MADEIRO XIMENES, Membro de Comissão de Licitação**, em 29/07/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Caixeta, Presidente de Comissão de Licitação**, em 29/07/2024, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8605397** e o código CRC **5E51B842**.